FICHA LIMPA E INELEGIBILIDADE: IMPACTOS NO CENÁRIO ELEITORAL BRASILEIRO

Autor(res)

Amanda Vitória Gonçalves Santos
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Carine Silva Diniz

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) representa um marco no sistema eleitoral brasileiro, trazendo avanços e progressos significativos para o combate à corrupção e ao abuso de poder nos processos eleitorais, seja no mandato em si ou até mesmo nas campanhas eleitorais. Essa norma introduziu critérios de inelegibilidade que visam proteger a administração e a moralidade no exercício do mandato. A Lei Complementar nº 64/1990, que já dispunha sobre inelegibilidades, foi alterada para incluir hipóteses de inelegibilidade a partir de condenações em decisões colegiadas por crimes como corrupção, abuso de poder econômico e improbidade administrativa. A discussão sobre o impacto dessa legislação envolve aspectos políticos e sociais, uma vez que ela afasta candidatos com condenações que comprometem a moralidade pública.

Objetivo

O objetivo do resumo é analisar as principais legislações complementares que tratam de temas relacionados ao Direito Eleitoral Brasileiro, destacando as áreas específicas no contexto do Estado Democrático de Direito. O foco é analisar e estudar as hipóteses de inelegibilidade presentes na Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 64/1990 e, mais recente, na Lei Complementar nº 135/2010.

Material e Métodos

Para a realização deste resumo, foi feita uma pesquisa sobre as normas que regulam o direito eleitoral brasileiro, foram analisadas as legislações pertinentes, incluindo a Lei Complementar nº 135/2010 (Ficha Limpa), Lei Complementar nº 64/1990 e o Art. 14 da Constituição Federal de 1988, que regula as hipóteses de inelegibilidade. A pesquisa também incluiu revisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que discorrem sobre a aplicação dessas normas, além de revisões bibliográficas e artigos científicos que discutem o impacto das leis no processo eleitoral. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa, focada em dados históricos e na interpretação de decisões judiciais envolvidas ao tema. O estudo também levou em consideração o levantamento de estatísticos sobre as eleições realizadas após a promulgação da Lei da Ficha Limpa, com o objetivo de verificar o número de candidaturas barradas e os tipos de crimes que mais geraram inelegibilidade.

Resultados e Discussão

O impacto da Lei da Ficha Limpa no direito eleitoral brasileiro não pode ser discutido sem revisitar as fraudes da Primeira República (1889-1930), que revelou a necessidade de reformas profundas no sistema eleitoral. Esse período foi marcado por corrupção, manipulações e práticas como o "coronelismo", que distorciam a representatividade democrática.Essas práticas corrompiam o processo eleitoral de forma estrutural, impedindo qualquer alternância de poder e limitando a representatividade democrática. A Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/2010), uma resposta à demanda popular por ética política, alterou a Lei de Inelegibilidades (LC nº 64/1990) e impede a candidatura de políticos condenados por corrupção ou abuso de poder. Em 14 anos, a lei barrou mais de 8 mil candidatos, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro. Crimes graves como corrupção e improbidade administrativa geram inelegibilidade por até oito anos. Críticos questionam a rigidez da lei, mas o STF reafirma sua constitucionalidade.

Conclusão

A lei da ficha limpa desempenhou um papel fundamental ao reunir hipóteses concretas de inelegibilidades com o fim impedir que indivíduos que não apresentem um comportamento adequado ao ocupar cargos eletivos. Visa, portanto, proteger a Administração Pública e a própria ordem democrática de maus gestores que possam violar os interesses públicos. Mas não cabe ao Judiciário apenas consolidar a aplicação da lei, depende da consciência cidadã do povo ao escolher e avaliar bem os candidatos.

Referências

BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm

BRASIL. Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm

Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência sobre a Lei da Ficha Limpa. Disponível em: http://www.stf.jus.br

STELLA, Ricardo. A Lei da Ficha Limpa e a inelegibilidade. Direito Público. Editora Justiça e Cidadania, Rio de Janeiro-RJ, 02 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.editorajc.com.br/a-lei-da-ficha-limpa-e-a-inelegibilidade/

SILVA, Cassiano Couceiro, Lei de Inelegibilidade (LC Nº. 64/1990) X Lei da Ficha Limpa (LC Nº. 135/2010): no âmbito jurídico no direito eleitoral brasileiro. Artigo. Duque de Caxias-RJ. Disponível em: https://apps.tre-rj.jus.br/site/gecoi_arquivos/202105181049_arq_168510.pdf